

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2024

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. Os desembolsos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital R\$ 468,3 milhões, com mais de 1,414 milhão de beneficiários em 2024 e R\$ 1,379 bilhão acumulado desde junho de 2021, com 4,366 milhões de beneficiários desde o início. Os programas de transferência de renda às famílias proporcionam um fluxo financeiro nas atividades econômicas locais, o que contribui para a geração de emprego e renda nos municípios. Injeções de recursos na economia, proporciona elevação no poder de consumo das famílias de baixa renda, propiciando reflexos positivos para os pequenos empreendedores fornecedores de bens de consumo. Dessa forma, a atuação como agente operador dos recursos em programas de transferências de renda, proporciona a geração de receita para a GoiásFomento na ordem de R\$ 8 milhões no exercício. Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem atuando para a mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente e consequentemente elevação no volume financeiro transacionado.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO
O lucro líquido alcançado em 2024 foi de R\$ 3,6 milhões, enquanto o obtido em 2023 foi de 4,1 milhões, conforme demonstrações financeiras, ou seja, a variação de 12,5% menor em relação ao exercício anterior. O resultado positivo foi alcançado, principalmente pelo ingresso de receitas oriundas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operacionalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital, que somadas, alcançou R\$ 8 milhões no exercício. Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projetado foi 1,2% maior com variação de R\$ 409 mil e, quando comparada ao ano anterior, foi 9,4% maior. O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de R\$ 8,3 milhões em 31/12/2023 para R\$ 8 milhões em 31/12/2024, ou seja, uma redução de R\$ 300 mil no período, enquanto a despesa com provisão foi R\$ 1,4 milhão maior que a obtida no ano anterior.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS: INDICADORES

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2024 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO 2023 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	67.263	75.166	-7.903
Resultados Prestação de Serviços	13.868	12.555	1.313
Resultados Operacionais	6.966	7.290	-324
Lucro Líquido Antes de Tributação	6.726	7.281	-557
Lucro Líquido	3.573	4.085	-512
PRINCIPAIS DESPESAS	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Provisão para Devedores Duvidosos	8.914	7.516	1.398
Despesas de Pessoal	34.913	31.914	2.999
BALANÇO PATRIMONIAL	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Ativos Totais	275.912	262.974	12.938
Operações de Crédito	119.884	97.147	22.737
Patrimônio Líquido	202.753	197.979	4.774
INDICADOR FINANCEIRO	(Em %)	(Em %)	(Em %)
Índice de Lucratividade	5,31%	5,44%	-2,35%

Os ativos totais tiveram aumento de 4,9% quando comparado ao exercício anterior, saindo de R\$ 263 milhões para R\$ 276 milhões, ficando R\$ 13 milhões maior. Quanto ao patrimônio líquido houve um aumento de 2,4% passando de R\$ 198 para R\$ 202,8.

Os desembolsos financeiros em operações de crédito somaram R\$ 66,9 milhões em 1.498 operações de crédito às microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasses do BNDES. O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES/FUNGETUR), ao final do exercício de 2024 ficou em R\$ 119,9 milhões, sendo R\$ 22,7 milhões maior em relação a 31/12/2023, enquanto o número de contratos ativos reduziu de 4.434 contratos para 3.467 em 2024, com diminuição de 967 contratos, ou seja, elevou-se o número de operações com valores maiores. O saldo de recursos em tesouraria passou de R\$ 138,5 milhões no final de 2023 para R\$ 138,2 milhões no final de 2024, ficando praticamente estável com variação de 0,2%.

2. ATUAÇÃO DA GOIÁS FOMENTO

A GoiásFomento desembolsou R\$ 66,9 milhões em 1.498 operações de crédito, gerando/mantendo 3.192 empregos. Os desembolsos financeiros em 67,7% maiores que o alcançado no ano anterior. As operações de crédito (microcrédito) que tiveram o apoio do Fundo de Equalização para o Empreendedor FUNDEQ, destinado à concessão de subsídios sob a forma de equalização de juros e concessão de garantia por meio do aval nas operações de crédito, somaram R\$ 14,9 milhões, com ticket médio de R\$ 16 mil reais. Como agente operador de programas de transferência de rendas exclusivamente na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu em 2024, desembolsos de valores que somaram de R\$ 468,3 milhões.

3. PERSPECTIVAS

A GOIÁS FOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da SEDS, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e iniciativa privada para a implementação diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás. Para 2025, essa ação buscará ampliar créditos para o agronegócio, a ampliação de financiamentos para o microcrédito por meio do FUNDEQ em especial na linha de crédito Mais Crédito. Adoção de ações para ampliação na prestação de serviços às prefeituras municipais na operacionalização de programas sociais dos municípios estão no escopo para o exercício vigente.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2024, destaca a administração profissional esperada para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 10 de março de 2025.

ALAN FARIAS TAVARES
Presidente do Conselho de Administração

LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor-Presidente em Exercício

FERNANDO RUFINO CORDEIRO VERÍSSIMO
Diretor de Operações

LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE	196.101	205.189
DISPONIBILIDADES	335	7
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	137.853	138.500
Carteira Própria (NOTA 4)	137.853	138.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	42.209	43.705
Empréstimos Setor Privado	22.187	28.075
Financiamentos Setor Privado	20.056	17.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.975	3.487
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(5.009)	(5.782)
OUTROS CRÉDITOS	7.757	13.240
Diversos (NOTA 6)	7.931	13.244
Provisão p/ Outros Créditos	(174)	(4)
OUTROS VALORES E BENS	7.947	9.737
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	8.259	10.049
Provisão p/ Desv. De Outros Val. e Bens	(312)	(312)
NÃO CIRCULANTE	79.811	57.785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	76.009	54.010
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	68.613	44.644
Empréstimos Setor Privado	32.859	18.713
Financiamentos Setor Privado	31.750	22.185
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.699	6.238
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(2.650)	(2.482)
OUTROS CRÉDITOS	7.396	9.366
Diversos (NOTA 6)	7.576	9.384
Provisão p/ Outros Créditos	(180)	(18)
PERMANENTE (NOTA 8)	3.802	3.775
INVESTIMENTOS	10	10
Ações	10	10
IMÓVEIS DE USO	3.243	3.317
Terenos	2.827	2.822
Edificações	1.466	1.467
Depreciações Acumuladas	(1.046)	(972)
IMOBILIZADO DE USO	515	414
Imobilizado de Uso	1.998	1.727
Depreciações Acumuladas	(1.483)	(1.313)
IMOBILIZADO EM CURSO	34	34
Outros	34	34
INTANGÍVEL	-	-
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(394)	(394)
TOTAL DO ATIVO	275.912	262.974
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE	30.730	33.484
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9))	12.988	15.182
Repasse do País - BNDES	219	494
Repasse do País - FCO	2.332	3.462
Repasse do País - FINEP	948	589
CEF - PNPMO	-	2.037
Repasse do País - FUNGETUR	9.489	8.600
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	17.742	18.302
Sociais Estatutárias	2.986	4.362
Fiscais e Previdenciárias	1.628	1.692
Diversas	13.128	12.248
NÃO CIRCULANTE	42.429	31.511
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	42.429	31.511
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	42.429	31.511
Repasse do País - BNDES	-	107
Repasse do País - FCO	1.942	2.767
Repasse do País - FINEP	6.547	3.791
CEF - PNPMO	-	-
Repasse do País - FUNGETUR	33.940	24.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	202.753	197.979
Capital Social (NOTA 11)	193.234	186.394
Aumento de Capital	-	3.199
Reserva de Lucros	9.519	8.386
TOTAL DO PASSIVO	275.912	262.974

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		21.983	39.495
Operações de Crédito	Nota 5 e) e 14	14.550	25.419
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4 b)	7.433	14.076
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.743)	(12.731)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(4.585)	(8.900)
Provisão p/ Desvalorização e de Contingências	Nota 12	(11)	(57)
Empréstimos e Repasses	Nota 14	(2.147)	(3.774)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.240	26.764
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(9.481)	(19.798)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	6.586	13.868
Despesas de Pessoal	Nota 13	(17.619)	(34.913)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(3.760)	(8.057)
Despesas Tributárias	Nota 13	(1.714)	(3.226)
Outras Receitas Operacionais	Nota 14	8.167	13.786
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(1.141)	(1.256)
RESULTADO OPERACIONAL		5.759	6.966
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(73)	(240)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.686	6.726
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(2.593)	(3.153)
Imposto de Renda	Nota 15.1 a)	(47)	(47)
Contribuição Social	Nota 15.1 a)	(57)	(57)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	(1.080)	(1.344)
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	(864)	(1.075)
Participação dos Empregados		(545)	(630)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00		3.093	3.573
		0,0160	0,0185

DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	3.573	4.085
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIO	3.573	4.085

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAP-ITAL	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	EX-PAIN-SÃO	INCEN-TIVOS FISCAIS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 30/06/2024	186.394	6.840	4.535	756	3.575	-	202.100
Aumento de Capital	6.840	(6.840)	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	3.093	3.093
Reserva Legal	-	-	155	-	-	(155)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	498	-	(498)	-
Reversão Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.440)	-
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	-	202.753
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6.840	(6.840)	155	498	-	-	3.093
SALDO EM 31/12/2022	186.394	-	4.307	909	3.575	-	195.185
Aumento de Capital	3.199	(3.199)	(850)	-	-	-	2.349
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.085	4.085
Reserva Legal	-	-	204	-	-	(204)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	241	-	(241)	-
Proposta de Compensação	(3.199)	(1.607)	(59)	(3.575)	-	(8.440)	-
Reversão de Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	3.199	1.607	59	3.575	-	8.440	-
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	-	197.979
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.199	204	(609)	-	-	(3.640)	2.794
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	-	197.979
Transferência p/ Aum. De Capital	6.840	(3.199)	-	-	-	-	3.641
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.573	3.573
Reserva Legal	-	-	179	-	-	(179)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	954	-	(954)	-
Proposta de Compensação	-	(1.607)	(59)	(3.575)	-	(5.241)	-
Reversão Proposta de Compensação Juros sobre Capital Próprio	1.607	59	3.575	-	-	5.241	-
SALDO EM 31/12/2024	193.234	-	4.690	1.254	3.575	-	202.753
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.840	(3.199)	179	954	-	-	4.774

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2024	Exercícios	
		31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro Líquido	3.093	3.573	4.085
Despesas de Depreciação e Amortização	129	244	(81)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(8.365)	647	(42.182)
Derivativos	-	-	-
Operações de Crédito	(18.588)	(22.473)	26.147
Outros Créditos	9.292	7.453	18.303
Outros Valores e Bens	111	1.790	(2.999)
Outras Obrigações	4.302	(560)	5.741
Variação no Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-
Aumento de Capital de Subsidiárias	-	-	-
Reserva de Reavaliação por Equivalência Patrimonial	-	-	-
CAIXA GERADO/UTILIZADO PELAS OPERAÇÕES	(10.026)	(9.326)	9.014
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.800	8.724	(8.009)
Aumento de Capital	-	3.641	2.349
Dividendos Propostos	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(2.440)	(2.440)	(3.640)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	10.360		

1) Garantias. – As garantias concedidas à Agência de Fomento de Goiás, são instrumentos utilizados para a mitigação de risco de crédito dos financiamentos concedidos. A Instituição aceita essas garantias de forma isolada ou cumulativamente, sejam: Garantias Reais; Fidejussórias; Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Imóveis; Caução e Fundos Garantidores de Crédito.

Descrições	31/12/24	31/12/23
Rendas a receber - Prestação de serviços	2.272	1.724
Outras rendas a receber - convênios	1.474	762
Adiantamentos concedidos	2	160
Créditos tributários (Longo Prazo Nota 15.2)	6.529	8.948
Devedores por outros valores e bens - Leilão	1.404	524
Provisão para outros créditos - Leilão	(354)	(22)
Impostos e contribuições a serem restituídos	607	1.073
Devedores por depósitos em garantia (*)	939	787
Pagamentos a Ressorcir	511	6.561
Outros	1.769	2.089
Totais	15.153	22.606
Curto Prazo	7.757	13.240
Longo Prazo	7.396	9.366

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto civis.

NOTA 7 – Outros Valores e Bens

a) Resumo das contas

Descrições	31/12/24	31/12/23
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	8.123	9.918
Provisão para desvalorização (b)	(312)	(312)
Despesas antecipadas	136	131
Total	7.947	9.737

b) Ativos não financeiros mantidos para venda – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas diretas.

✓ Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 8 – Permanente

Descrições	Taxa anual	Custo	Deprecia-ção	31/12/24	31/12/23
Investimentos	-	10	-	10	10
Imóveis em curso - Projeto	-	34	-	34	34
Imóveis de uso - Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de uso - Edificações	4%	1.867	(1.046)	821	895
Imobilizado de uso	10%	1.998	(1.483)	515	414
Totais	-	6.331	(2.529)	3.802	3.775

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores ativados.

NOTA 9 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Agência Brasileira de Inovação - FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e Caixa Econômica Federal - CEF e Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Períodos	31/12/24	31/12/23
BNDES	1,10 a.a.	13 meses			
Obrigações				219	601
Curto Prazo				219	494
Longo Prazo				-	107

FINEP	1,34% a.a.	5 anos/2 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			7.495	4.380
Curto Prazo			948	589
Longo Prazo			6.547	3.791

FCO	9,36% (pré a.a) TFC (pós a.a)	1 ano/4 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			4.274	6.229
Curto Prazo			2.332	3.462
Longo Prazo			1.942	2.767

CEF	1,59% a.a	1 ano/2 meses	31/12/24	31/12/23
Obrigações			-	2.037
Curto Prazo			-	2.037
Longo Prazo			-	-

FUNGETUR			31/12/24	31/12/23
Obrigações			43.429	33.446
Selic - Prazo médio 1 ano e 9 meses	Valor à Curto Prazo - Recursos em caixa		9.489	8.600
INPC a.m. Prazo médio 4 anos e 6 mês	Valor à Longo Prazo - Liberados (Op. Crédito)		33.940	24.846

Totais			55.417	46.693
---------------	--	--	---------------	---------------

NOTA 10 – Outras Obrigações

Descrições	31/12/24	31/12/23
Dividendos e bonificações a pagar	2.986	4.362
Subtotal	2.986	4.362
Fiscais e previdenciárias	1.616	1.692
Impostos e contribuições	-	-
Subtotal	1.628	1.692
Credores diversos	8.442	8.315
Provisão de férias e 13 salários	2.678	2.054
Contingências	835	804
Outras	1.173	1.075
Subtotal	13.128	12.248
Totais	17.424	18.302

NOTA 11 – Capital Social

O Capital Social autorizado pelo Banco Central do Brasil para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 193.234.042,88 (cento e noventa e três milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), no semestre houve integralização no valor de R\$6.839.663,30 (seis milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos), representado por 193.234.043 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 12 – Despesas da Intermediação Financeira

Descrições	2º Sem/24	31/12/24	31/12/2023
Provisão p/devedores duvidosos	4.585	8.900	7.516
Provisão p/desvalorização de títulos	11	57	7
Empréstimos e repasses	2.147	1.774	4.761
Totais	6.743	12.731	12.280

(*) A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 13 – Despesas de Pessoal, Administrativas e Tributárias, inclusive, PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	2º Sem/24	31/12/24	31/12/2023
Despesas de pessoal	16.633	32.752	29.273
Honorários	986	2.161	2.344
Subtotal	17.619	34.913	31.614
Água, energia, gás, aluguéis	106	221	315
Comunicação	50	113	122
Manutenção/conservação	173	411	169
Serviços de terceiros	453	879	808
Informações cadastrais	100	204	199
Correspondente de crédito	69	96	65
Propaganda/pub. publicação	25	75	86
Técnicos especializados	373	1.187	1.840
Vigilância e segurança	300	594	608
Transportes	278	548	259
Emolumento jud/cartório	762	1.592	1.367
Processamento de dados	492	1.019	1.246
Tarifas bancárias	91	184	236
Outros	488	934	644
Subtotal	3.760	8.057	7.964
Tributárias	1.714	3.226	3.095
Subtotal	1.714	3.226	3.095
Totais	23.093	46.196	42.973

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. (**) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

NOTA 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	31/12/24	31/12/23
Outras receitas		
Prestação de serviço	(*)	13.868
Recuperação enc. despesas		2.244
Reversão/Prov. operacionais	(**)	263
Equalizações de taxas		3.301
Outras		7.978
Total de outras receitas	27.654	34.856
Outras despesas		
Amortização do intangível		-
Depreciação		244
Provisão para contingência		-
Provisão para outros créditos	(***)	-
Outras		1.012
Totais de outras despesas	1.256	12.623

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.

(**) Refere-se a reversão da provisão das taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR e FUNPRODUIZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, foram provisionadas em março de 2023 e que conforme liquidação das referidas taxas pelo Governo do Estado de Goiás, foi feita a reversão em dezembro de 2023.

(***) Despesa de provisão de renda a receber referente as taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR e FUNPRODUIZIR, relativas ao período de janeiro de 2016, a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, provisionadas em março de 2023, recebidas em dezembro de 2023.

NOTA 15 – Impostos, Contribuições e Ativo Fiscal Diferido

15.1 – Cálculo de Imposto de renda e contribuição social

Descrições	31/12/24	
	IRPJ	CSLL
Resultado do período	6.726	6.726
Juros sobre capital próprio	(2.440)	(2.440)
Resultado do período + ADICÕES	4.286	4.286
Provisão para devedores duvidosos	8.014	8.014
Operações de crédito compensadas em prej. a excluir	5.950	5.950
Despesas não dedutíveis	2.520	2.520
Totais das adições	16.484	16.484
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(18.768)	(18.768)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(602)	(602)
Outras exclusões	(1.116)	(1.116)
Totais das exclusões	(20.486)	(20.486)
= Lucro Real	284	284

Imposto de renda e contribuição social (*)	47	57
Realização líquida de créditos tributários	1.344	1.075

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A Instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.

Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/24, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2023	4.971	3.977	8.948
Constituição no exercício	425	340	765
Realização no exercício	(1.769)	(1.415)	(3.184)
Saldo em 31/12/2024- Nota 6	3.627	2.902	6.529
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	3.627	2.902	6.529

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2025		2026	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	805	805	805	1.212
Contribuição Social	644	644	644	970
Totais	1.449	1.449	1.449	2.182

c) Natureza dos créditos

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação constituída, Provisão dos créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 31/12/24, foram constituídos e realizados parte desses diferidos. Sendo o saldo a realizar no valor de: **R\$3.627** de Imposto de Renda e **R\$2.902** de CSLL, totalizando em **R\$6.529**.

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

NOTA 16 – Destinação do Resultado

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/24	31/12/23
Lucro do Exercício	3.573	4.085

NOTA 17 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
Descrições	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
FUNPRODUIZIR	493	618	-	-	8.220	7.055
FOMENTAR	292	333	-	-	4.411	4.448
FUNDEQ - Equalização (*)	2	3	-	-	3.361	1.981
FUNPRODUIZIR - Equalização (*)	-	-	-	-	-	1.233
Crédito produtivo	10	8	-	-	43	133
JCP - Estado de Goiás	-	-	2.440	3.641	-	-
Convênios (**)	-	-	439	-	7.978	5.378

(*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUIZIR e do FUNDEQ às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

(**) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social - Aprendiz do Futuro; Secretária da Educação - Bolsa Alfabetizador; Secretaria da Retomada - Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapuranga - Cartão Xixá Itapuranga; Secretaria do Desenvolvimento Social - Crédito Social e Mães de Goiás; Fundação de Amparo a Pesquisa - Empodera; Agência Goiana de Habitação - Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Itumbiera - Renda Mãe Itumbiera.

NOTA 18 – Exigibilidades de Capital Principal e Limites de Imobilização

O Demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são automatizados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/24, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/24	31/12/23
Patrimônio de referência	202.753	194.780
Índice de basileia	51,95%	51,89%
Nível I	42,12%	42,06%
Índice de imobilização basileia	1,88%	1,94%
Limite	101,377	97,390
Situação	3.802	3.775
Folga de imobilização	97,575	93,615

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013:

Resolução nº 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinarem os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets). O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.955/21 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/11 do CMN; Resolução nº 229/22 e Circular 3.634/13 do Banco Central do Brasil.

a) Risco operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/11 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Risco de liquidez

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2024

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010
Goiânia GO
Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("Goiás Fomento")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A ("Goiás Fomento")** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída relação à **GOIÁS FOMENTO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Outros Assuntos

3.1) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

4) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.014 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da Goiás Fomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Goiás Fomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 6.529 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a Goiás Fomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Goiás Fomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a GOIÁS FOMENTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GOIÁS FOMENTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Goiás Fomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GOIÁS FOMENTO.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GOIÁS FOMENTO a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia/GO, 03 de abril de 2025



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Jairo Aires de Sant'Ana
Contador - CRC/MT 015226/O-7 "S" GO
CNAI 4187

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Estudo do Crédito Tributário, referentes ao exercício findo em 31/12/2024, considerando os termos do Relatório da empresa de Auditoria Independente - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, **sem ressalva**, opinam que as referidas demonstrações, estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração.

Goiânia/GO, 14 de abril de 2025

César Augusto Sotkevicene Moura
Conselheiro

Rafaela Avelar de Queiroz
Conselheira

Wellington Matos De Lima
Conselheiro